

Editorial

O presente número da *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* está centrado na perspectiva de discutir questões socioambientais e políticas contemporâneas, internacionais, nacionais e locais dentro de seu tradicional escopo. Tem como preocupação focalizar tais questões em interconexão, apresentando-as como desafio histórico na construção de um modelo de desenvolvimento fundado no paradigma da sustentabilidade, tanto no presente como no futuro. Nesta direção, apresenta um dossiê sobre “Estado, Sociedade e Meio Ambiente” com ênfase nas políticas públicas e ambientais brasileiras. Além do dossiê, traz artigos sobre temas variados na interface sociedade e natureza.

O dossiê “Estado, Sociedade e Meio Ambiente” se coloca nesse cenário para analisar aspectos das políticas públicas ambientais no Brasil, país que incorpora, em seus princípios constitucionais, a proteção dos bens comuns e a criação de instâncias participativas de poder e decisão. Os cinco artigos do dossiê analisam aspectos específicos da política ambiental brasileira, sendo que um é claramente de caráter propositivo. Todos, entretanto, destacam os processos participativos como um dos grandes desafios que se impõem ao Estado na promoção do desenvolvimento sustentável.

Com enfoque propositivo, Carlos José Saldanha Machado, Rodrigo Machado Vilani e Marcia Chame analisam os *royalties* do petróleo e seus vários usos, defendendo sua aplicação na conservação da biodiversidade enquanto patrimônio para as futuras gerações. Denise Gallo Pizella e Marcelo Pereira de Souza dedicam-se à análise dos aspectos institucionais da regulação de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no Brasil com o intuito de averiguar se constituem boas práticas de governança ambiental.

A participação da sociedade civil em instrumentos da política ambiental brasileira é o foco do artigo de Roseli Nunes Coletti, que se preocupa em analisar as possibilidades e a efetividade da participação pública nas tomadas de decisões ambientais, em especial, na elaboração do zoneamento ambiental e nos processos de avaliação de impacto e licenciamento ambiental. Igualmente, Diogo de Carvalho Antunes e Bruna Ranção Conti abordam os desafios da participação social na formulação e na implementação

das políticas de meio ambiente, desta vez com foco nos conselhos de gestão.

Com vistas a demonstrar a relevância da valoração dos serviços ecosistêmicos para a orientação de políticas ambientais, os autores Daniel Caixeta Andrade, Ademar Ribeiro Romeiro, Maria do Carmo Ramos Fasiaben e Junior Ruiz Garcia trazem o exemplo da bacia hidrográfica dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo, no Estado de São Paulo. Esse último artigo insere a economia ambiental no auxílio à formulação de políticas públicas, um debate que vem se propagando fortemente no país.

Outros artigos compõem o presente número desta revista.

O artigo sobre Ecologia Política, de Peter Walker, apresenta-se na perspectiva de discutir os entraves para a constituição plena deste campo interno da ecologia, colocando questões relevantes para a reflexão na prática social e política em encontros futuros. Trata-se do terceiro artigo do autor sobre o tema, todos traduzidos por Vicente Rosa Alves e publicados nesta revista (números 23, 24 e a atual, número 25).

Antiecologismo no Congresso Nacional, de Ilnny Accioly e Celso Sánchez, constitui um tema derivado de pesquisa que investiga a existência de um “movimento antiecológico” predominante no interior deste Congresso, com reflexos e apoio de parcelas significativas da população brasileira.

“Ação coletiva e desenvolvimento sustentável”, de Ghislaine Duqué, Antônio Carlos Pires de Mello e Maria da Glória de Araújo, é um artigo que procura demonstrar a relação entre tais dimensões para a efetivação da proposta de sustentabilidade com alcance e participação comunitária na prática política; a constituição de um “Coletivo” nas comunidades abrangidas pelo semiárido paraibano aparece como decisiva na implantação de política públicas socioambientais na região.

Em “Agricultura biológica e normatização dos sistemas de conhecimento”, Pierre Stassart e Daniel Jamar discutem a criação de convenções para esta agricultura, formada por duas vertentes – a que foi construída por seus atores históricos e a outra, empreendida por novos atores

agroindustriais. Defendem o uso do conceito de *referencial* para conduzir a análise da temática, considerado mais útil para compreensão prática e teórica da mesma.

O artigo “Deslocamentos, itinerários e destinos das populações atingidas por barragens”, de autoria de Alexandre Cosme José Jeronymo, Célio Berman e Sinclair Mallet Guy Guerra, estuda os impactos sociais, econômicos e ambientais produzidos por Usinas Hidrelétricas de Energia implantadas entre os Estados de São Paulo e Paraná, no rio de Iguaçu.

Revisitando a experiência de cooperativismo de Mondragón, na Espanha, Carlos Alberto Ciocce Sampaio, Valdir Fernandes, Joseba Azkarraga Etxagibel e Larraitz Altuna Gabilondo procedem à análise de tal experiência, em suas implicações ideológicas e práticas, com base na ecossocioeconomia e tendo por referência o paradigma da sustentabilidade.

“A racionalidade ambiental na construção de tecnologias alternativas para a agricultura familiar”, de Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa e Marlene Maria da Silva, é um texto que focaliza criticamente, a partir da ótica dos agricultores familiares localizados no semiárido pernambucano, as dificuldades encontradas por tais agricultores de incorporar tais tecnologias.

Esperamos que os temas aqui abordados venham a contribuir para a reflexão crítica dos leitores, norteando linhas de ação integradas e inovadoras.

Finalmente, temos, neste número, uma resenha do livro *O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo*, de Elmar Altvater, elaborada por Guilherme Ribeiro. A política editorial de publicarmos resenhas de livros lançados ou traduzidos recentemente tem, assim, prosseguimento, com uma obra da maior relevância para os estudos sobre a relação sociedade-natureza.

Os Editores.